

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PABLO SILVA CESÁRIO

O LOBBY NO BRASIL: GRUPOS DE INTERESSE E ASSIMETRIA DE INFLUÊNCIA

SÃO PAULO

2012

PABLO SILVA CESÁRIO

O LOBBY NO BRASIL: GRUPOS DE INTERESSE E ASSIMETRIA DE INFLUÊNCIA

Projeto de Pesquisa

Orientador: José Álvaro Moisés

SÃO PAULO

2012

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
1. Os Grupos de Pressão e a Democracia no Brasil.....	4
2. Proposta de Trabalho.....	6
3. Perguntas de Pesquisa.....	9
4. Hipóteses.....	10
5. Produtos.....	10
5.1. Artigos Científicos.....	10
5.2. Bases de dados.....	12
5.3. Comunicação científica.....	12
6. Métodos e Fontes.....	12
6.1. Métodos.....	12
6.1.1. Identificação de Grupos de Interesse e Mapeamento de Redes.....	13
6.1.2. Entrevistas Exploratórias, Semi estruturadas e Surveys.....	13
6.1.3. Estatística Inferencial: Análise de Envoltório e Análise de Regressão...	14
6.2. Fontes.....	14
7. Cronograma Geral.....	15
Referências Bibliográficas.....	16
Apêndices.....	19
1. Lista Preliminar de Organizações para Entrevista.....	19
2. Planejamento de Atividades.....	20

1. OS GRUPOS DE PRESSÃO E A DEMOCRACIA NO BRASIL

Dentro de um balanço da democracia no Brasil nos últimos 25, a participação política e seus mecanismos são um dos aspectos relevantes a ser levado em conta. Ainda que a literatura sobre participação política tenha tomado como foco central a representação por partidos políticos e eleições gerais -- quando o voto é a manifestação das preferências dos cidadãos -- vários outros mecanismos de participação existem e também merecem atenção.

Em grandes linhas, os mecanismos de participação política podem ser divididos em duas grandes categorias: direta e indireta. No âmbito da participação direta, os cidadãos manifestam diretamente seus valores e preferências, o que pode ocorrer por meio plebiscitos, projetos de lei de iniciativa popular, mecanismos formais de consultas (ex. conselhos de políticas públicas), participação em manifestações ou outros mecanismos de deliberação coletiva e participação. Para além de uma longa tradição de pesquisas sobre os determinantes da participação política direta, uma frutífera linha de pesquisa tem se desenvolvido mais recentemente sobre o efeito de mídias eletrônicas sobre a participação política direta, principalmente ligada a serviços governamentais eletrônicos e redes sociais.

No campo dos mecanismos indiretos de participação política, o cidadão manifesta suas preferências por meio de representantes e no processo de sua escolha, contexto em que partidos políticos, a participação em eleições e a afiliação a grupos de pressão tomam a proeminência. Nesta seara, a linha mais produtiva tem sido aquela dedicada ao engajamento dos cidadãos em partidos políticos e eleitos.

Entre os mecanismos indiretos, todavia, persiste no Brasil uma lacuna, que é o estudo sobre grupos de pressão. Apesar da percepção difundida na Ciência Política de que a atividade de grupos de pressão é abrangente e altamente influente, um número ainda pequeno de iniciativas tem buscado compreender o papel desses atores. Entre os destaques vale citar BRELÀZ (2007), SANTOS (2007), CARVALHO (2011), BENINE (2010), MANCUSO (2011), RIGOLIN (2012), que todavia se restringem ao estudo de um grupo ou investigações comparativas de pequena escala ou a algum aspecto, tal como a regulamentação.

Com efeito, os grupos de pressão, de defesa de interesses, lobbies ou advocacies são um mecanismo de participação indireta por meio do qual os

cidadãos, com interesses semelhantes, se reúnem em organizações políticas para defender seus pontos de vista. A principal diferença entre grupos de pressão e partidos políticos é que eles não participam de eleições gerais e muito frequentemente se dedicam a um número mais limitado de temas e políticas públicas. A tarefa de avançar seus interesses é levada a cabo por meio da interlocução direta com autoridades eleitas ou com burocratas, construção de propostas ou subsídios informacionais às políticas públicas ou comunicação privilegiada de candidatos com suas bases, sensibilização da opinião pública ou outros.

A despeito da carência de estudos sobre o papel dos grupos de pressão no Brasil, a literatura internacional sobre o tema tem sido profícua. As principais questões que têm sido tratadas são a legitimidade de grupos de pressão, a assimetria de influência entre diferentes agrupamentos, as relações entre instituições políticas e a estrutura e o comportamento de grupos, suas estratégias e táticas. Entre as contribuições mais recentes merecem destaque BAUMGARTNER et alii (2009), MAHONEY (2008), CHARI (2010) e outros.

Assim, como um fenômeno que pode ser encontrado em todos os países democráticos e pouco investigado no Brasil, é importante buscar um entendimento mais aprofundado sobre grupos de interesse em atuação no país. O momento de realizar esse estudo também é fortuito porque a democracia brasileira está prestes a completar 25 anos, um de seus períodos de mais longa estabilidade. O marco abre espaço para um balanço geral do processo democrático no Brasil. Este é justamente o objetivo do projeto liderado pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. Essa iniciativa integra o projeto e deve ser, portanto, vista como uma pequena contribuição sobre um dos aspectos relevantes.

Tendo em vista a oportunidade de utilizar o caso brasileiro como uma contribuição para o debate mais amplo sobre grupos de pressão, esse estudo buscará manter um diálogo direto com os estudos desenvolvidos no exterior, especialmente sobre os grupos de interesse em atuação em Washington e Bruxelas. Buscará ainda aproveitar-se do fato de ser a democracia brasileira um processo ainda em construção para buscar entender os efeitos dessa transição ainda incompleta sobre a formação e atuação de grupos de interesse. Para isso, além do estudo sobre os grupos de pressão brasileiros, se tentará estabelecer comparações com outras democracias em processo de consolidação e com

características culturais semelhantes, como Argentina e México, como forma de evidenciar as interações entre esse quadro institucional grupos de pressão.

2. PROPOSTA DE TRABALHO

O propósito central desse trabalho é investigar as assimetrias de influência entre grupos de interesse no Brasil. Ainda que essa questão possa parecer simples, o conceito de influência – tal como o de poder – apesar de ser central na Ciência Política, é de difícil mensuração, para além das disputas teóricas que persistem ao redor de ambos.

Apesar das dificuldades para operacionalizar o conceito de influência, a resposta para a questão do equilíbrio entre os diversos grupos de interesse é importante para a democracia, de modo que vale a pena enfrentar um terreno difícil. A hipótese neopluralista é a estabilidade e a legitimidade da democracia requerem que grupos sociais representativos tenham capacidade de participar do processo político de maneira equilibrada. A possibilidade de participação no confronto político em condições de competição considerada justa é, portanto, uma etapa necessária para a consolidação do regime democrático.

PARSONS (1963, 38) define influência “como um meio para alcançar um efeito sobre atitudes ou opiniões de outros por meio de ação intencional (ainda que não necessariamente racional) – o efeito pode alterar a opinião ou prevenir uma alteração possível ou não.” Ainda segundo o autor, a influência é o meio geral pelo qual se busca a persuasão, que é um mecanismo de exercício de poder caracterizado por sanções positivas e pela alteração das intenções dos agentes. Fica assim de fora do escopo da investigação o uso da força ou do dinheiro¹, que são característicos dos canais situacionais (quando se altera a materialidade da situação dos agentes) e a sanção negativa, seja ela de ativação de compromissos ou de deterrância.

Do ponto de vista dessa iniciativa, a influência será estudada em alguns de seus aspectos relevantes, como a criação de redes e o acesso a autoridades públicas, a disponibilidade e emprego de recursos materiais, informacionais e intelectuais, a percepção de tomadores de decisão sobre a influência desses atores

¹ Essa retirada é importante para o projeto porque essa iniciativa não está voltada para o estudo da corrupção, que sendo muito importante tem que contar com estudos específicos.

e, finalmente, o monitoramento dos resultados pretendidos por essas organizações. Naturalmente esses quatro elementos não resumem todas as nuances da influência; ficarão de fora, pelo menos, o elemento simbólico que envolve essas relações e o alinhamento ideológico de autoridades com agendas provenientes de grupos de interesse².

Nessa perspectiva, uma das primeiras questões a serem respondidas, portanto, é a caracterização da comunidade de lobistas no país. Em parte em decorrência da inexistência de um registro de grupos de interesse, ainda não há no Brasil estimativas sobre o número de lobistas ou de grupos de pressão representando os diversos interesses democráticos em um país tão diverso quanto o Brasil. Nos Estados Unidos as estimativas são que existem mais de 17 mil e na Europa cerca de 12 mil. No Brasil, um número não muito distinto pode ser esperado.

A questão do número, ainda que seja de grande curiosidade, contudo, é menos importante que o estudo do número de organizações, seus canais de interlocução com o Estado e os temas e políticas públicas. A questão fundamental é entender se há a concentração de grupos por temas, a natureza dessas organizações, e, principalmente, se há políticas públicas com exclusão sistemática de grupos de interesse existentes.

O método a ser empregado para atingir esse objetivo será o de mapeamento de rede. A identificação dos primeiros nós será feita a partir da identificação de organizações envolvidas em interações formais com autoridades públicas, como reuniões ou audiências públicas com participação dos grupos de pressão. Logo em seguida, pretende-se mapear outras organizações de defesas de interesses relacionadas a essas a partir dos links disponíveis nas suas páginas na web. Estuda-se ainda a possibilidade de identificar grupos de interesse a partir da participação em discussões na grande imprensa, blogs e twitters e por redes sociais.

Em seguida, a partir dessa base de dados, será selecionada uma amostra representativa desses grupos para buscar de informações sobre suas características institucionais. O objetivo nesse caso é identificar o perfil institucional e diferenças de modo de atuação, de acordo com o tipo do grupo e de seus temas de atuação. Entre as variáveis relevantes devem estar estrutura, tamanho, financiamento, equipe técnica, temas de interesse, estratégias e táticas de defesa de interesses,

² Pouca pesquisa tem sido feita na Brasil sobre a origem das pessoas que compõe os governos. [citar que fez]. Essa linha pesquisa, todavia, pode apresentar, todavia, elementos importantes para explicar a formulação de políticas públicas no país e o poder de grupos de interesse.

mecanismos de mobilização de bases e de comunicação com a opinião pública. A coleta de informações será feita por surveys ou entrevistas semi estruturadas, de acordo com o tamanho da amostra representativa.

Na segunda etapa também será construída uma amostra representativa de temas e interesses das organizações que servirá para o terceiro componente do projeto. Com isso será possível avaliar a efetividade da ação de organizações de defesa de interesses ao longo do tempo. A proposta é identificar no momento inicial da pesquisa (t0) quais são os temas e as prioridades estabelecidas pelo grupo para cada um deles. Com isso seria iniciado um monitoramento de cada uma das políticas públicas que são foco desses grupos para identificar a existência de evoluções positivas ou negativas. Além disso, seriam realizadas entrevistas de monitoramento com os grupos para que eles pudessem avaliar os resultados alcançados. Estima-se que o tempo necessário para avaliar a evolução seria de ao redor de 5 anos.

Será também objeto de análise a evolução institucional dos grupos de interesse selecionados. Uma das questões relevantes para democracias recentes e que tem em larga medida sido ignorada na literatura internacional é o processo de aprendizado democrático. Essas organizações que atuam em democracias recentes ou em consolidação têm que passar por um processo de adaptação pelo qual buscam manter sua efetividade e, conseqüentemente, relevância política no novo ambiente de regras. Lança-se assim, também, um olhar sobre o processo de adaptação e sobrevivência de grupos de interesse que continua largamente inexplorado pela literatura.

Em outra etapa do trabalho serão realizados surveys com tomadores de decisão, membros de grupos de interesse e formadores de opinião para medir a percepção da influência de grupos de interesse sobre as políticas públicas. Essa percepção, usualmente utilizada como uma proxy para a influência real, poderá 1) indicar, pelo menos preliminarmente, a relação entre as características institucionais e a influência, 2) mapear a evolução dos grupos considerados mais influentes e 3) servir de referência para o teste de influência real a partir dos resultados efetivamente alcançados pelos grupos.

A última etapa do trabalho será acompanhar por meios independentes a evolução das políticas públicas que são foco dos grupos de interesse. A partir da identificação das organizações e seus interesses, as políticas públicas serão

acompanhadas para verificar se sua evolução é convergente ou divergente com seus interesses. Esses resultados serão mensurados e servirão como referência para o estudo da efetividade dos grupos de interesse. Os métodos utilizados serão análise de regressão e análise de envoltório.

Subjacente a essa discussão está a hipótese neopluralista de que a estabilidade e a legitimidade da democracia requer que grupos sociais representativos tenham capacidade de participar do processo político de maneira equilibrada. A possibilidade de participação no confronto político em condições de competição considerada justa é uma etapa necessária para a consolidação do regime democrático.

3. PERGUNTAS DE PESQUISA

Quais são os principais grupos de pressão frente a União?

Qual é o tamanho da comunidade de relações governamentais no Brasil?

Como os grupos de pressão interagem entre si e com o Estado? Há diferenças fundamentais no modo como os diferentes interesses se organizam e manifestam?

Como os grupos de pressão são e agem? Em que temas/políticas dedicam seus esforços? Quais são os principais estratégias, táticas e argumentos?

Como tem sido sua adaptação ao processo democrático? Há mudanças estruturais e no modo de atuação que possam ser atribuídas a uma busca por maior efetividade?

Existem os grupos de interesse sistematicamente alijados de representação junto aos poderes constituídos?

Como os grupos de pressão são vistos pelos tomadores de decisão em relação a sua legitimidade e efetividade?

Quão efetivos eles são realmente?

Há uma assimetria fundamental entre os principais grupos de interesse que atuam junto aos poderes da União?

A democracia brasileira tem atendido aos critérios de estabilidade neopluralista segundo os quais os diferentes grupos de interesse podem participar em condições equivalentes?

4. HIPÓTESES

- a) Existe assimetria na influência de grupos de pressão sobre políticas públicas em favor de grupos empresariais em níveis que podem afetar a estabilidade e a legitimidade do processo democrático brasileiro.
- b) Em termos organizacionais, entidades empresariais apresentam redes com maior centralidade e um maior número de ligações com autoridades governamentais do que os demais grupos de pressão.
- c) Em termos operacionais organizações empresariais possuem mais recursos de influência como conhecimento sobre processo político, conhecimento técnico sobre políticas públicas, acesso a meios de comunicação de massa e recursos humanos qualificados para exercer a atividade de defesa de interesses, diversidade de estratégias e táticas.
- d) Tomadores de decisão estão mais inclinados a aceitar subsídios de organizações empresariais por sua natureza, controlado os recursos de conhecimento e equipe técnicas disponíveis.
- e) Grupos empresariais conseguem avançar seus interesses em relação às políticas públicas de maneira mais consistente que outros grupos de pressão.
- f) Grupos de interesse no Brasil estão em processo de aprendizado sobre o modo de atuação no ambiente democrático e têm passado alterações organizacionais, processuais e investimentos em busca de maior efetividade de sua ação política.

5. PRODUTOS

Os produtos dessa iniciativa serão consolidados em artigos científicos, peças de comunicação científica e bancos de dados, tal como listado a seguir.

5.1. ARTIGOS CIENTÍFICOS

- 1. Redes de Influência em Brasília: Quem são principais lobistas e com

quem eles se relacionam

O objetivo do artigo é identificar os principais grupos de interesse que atuam em Brasília e analisar a relação entre eles e com a União. Para isso serão identificados os grupos de interesse que mantêm atividades de influência sobre os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, por meio dos registros formais hoje disponibilizados, tais como agendas de autoridades publicadas na internet, registros de audiências públicas e participação como *amicus curiae* ou processos no Supremo. Além disso, será elaborado um robô para identificar as ligações formais entre os principais grupos de interesse seja por meio de seus sítios na internet ou de sua participação em redes sociais. Com essas informações será possível realizar análises sobre a topologia dessas redes e avaliar se há diferenças estruturais que possam denotar maior capacidade de influência de um tipo de grupo.

2. Os Lobbies no Brasil: como são, o que defendem, como agem

A partir da visão macro sobre os grupos e seus relacionamentos elaborados pelo produto 1, será o possível aprofundar o entendimento sobre a natureza desses grupos. A partir de uma amostra representativa, a investigação voltará suas atenções para as características internas dos principais grupos de interesse, por meio de variáveis como estrutura, processo decisório, financiamento, comunicação e mobilização de bases, temas de interesse, estratégias, táticas e outros. Essa investigação será feita por entrevistas exploratórias e semi estruturadas.

3. A Assimetria da Influência: a percepção de formadores de opinião, de grupos de interesse e dos tomadores de decisão

Uma das estratégias mais frequentes para quantificar o poder ou influência tem sido a mensurar a percepção dos agentes envolvidos. Esse artigo tem como propósito apresentar os resultados de um survey com tomadores de decisão, formadores de opinião e grupos de pressão das mais diversas temáticas para identificar quais são os grupos que exercem maior influência.

4. A Assimetria da Influência: um experimento longitudinal sobre a atuação de grupos de interesse

Ainda que a percepção dos tomadores de decisão possa ser um referencial importante para avaliar a assimetria da influência entre grupos de interesse, essa percepção pode ser profundamente afetada pelos seus preconceitos e não refletir a influência real. Nesse sentido, o presente estudo irá acompanhar ao longo de 5 anos a agenda de defesa de interesses de grupos representativos para avaliar seus

sucessos e retrocessos. Assim, será possível avaliar em termos objetivos a capacidade de avançar seus interesses. Outra vertente será a análise evolução organizacional e de processos de defesa de interesses adotados por esses grupos.

5.2. BASES DE DADOS

As bases de dados serão construídas com vistas a permitir os artigos acima listados são:

- a) Organizações com ação de defesa de interesses frente a União, suas relações e pontos de interação com a administração pública: formato matriz de relacionamentos
- b) Grupos de pressão e suas características organizacionais, estratégias, táticas e argumentos – matriz de organizações
- c) Grupos de Pressão e políticas públicas/temas de interesse – matriz organizações x temas de interesse x objetivos
- d) Notícias sobre política de jornais e revistas nacionais: temas x grupos de interesse.
- e) Eventos relacionados a políticas públicas selecionadas

5.3. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

O projeto ainda buscará produzir textos e documentos para divulgação de seus resultados e problemas para a comunidade não científica.

6. MÉTODOS E FONTES

6.1. MÉTODOS

Uma série de métodos qualitativos e quantitativos é necessária para buscar as respostas dessa iniciativa. A seguir estão descritos os principais métodos a serem empregados, suas características e limitações e as principais fontes de dados para a construção de bases de dados.

6.1.1. Identificação de Grupos de Interesse e Mapeamento de Redes

O método de análise de redes surgiu da teoria de redes e tem aplicações em campos bastante diversos como biologia, saúde pública, engenharia, física, computação e ciências sociais. Em termos gerais, o método de análise de redes consiste na identificação de indivíduos, que são chamados de nós, no registro das interações que existem entre esses indivíduos, que são as linhas. Dessas informações são desenhados grafos -- daí a teoria ser também chamada de teoria dos grafos--, ou redes, que formam um mapa de indivíduos e relacionamentos entre eles. Esses mapas formam topologias que podem ser estudadas sob diferentes aspectos, como centralidade, distância, densidade e outros. Esses dados permitem análises como resiliência de redes descentralizadas, como é o caso da internet, a disseminação de informações, existência de brokers e outros.

Na Ciência Política o método de redes tem sido utilizado para explicar fenômenos como guerras, processo parlamentar, participação política, partidos políticos e etc. A aplicação da teoria de redes sobre grupos de pressão tem sido de referência para o campo, com destaque para os estudos de LAUMANN e KNOKE (1987) e HEINZ *et alii* (1990), em ambos os casos os autores a hipótese de que haja uma assimetria fundamental e apresentam indícios de que a influência de grupos de pressão varia de acordo com os temas de políticas públicas.

6.1.2. Entrevistas Exploratórias, Semi estruturadas e Surveys

As entrevistas terão o objetivo triplo de 1) estabelecer relacionamentos que viabilizem a coleta de novos dados durante a pesquisa, 2) coletar informações sobre as organizações a serem utilizadas nas etapas quantitativas posteriores e 3) investigar as teorias subjetivas dos interlocutores sobre as hipóteses desse trabalho.

A busca das teorias subjetivas seguirá a recomendações de FLICK (2009) e consistirão em perguntas exploratórias, confirmatórias e confrontativas (quando as hipóteses do interlocutor são confrontadas com visões opostas a partir de elementos teóricos ou indícios). A vantagem desse método está na explicitação de conhecimentos implícitos mantidos pelos interlocutores. Após essa etapa, será realizada um survey com tomadores de decisão, formadores de opinião e grupos de pressão sobre a assimetria entre grupos de interesse.

6.1.3. Estatística Inferencial: Análise de Envoltório e Análise de Regressão

Uma das questões centrais desse projeto é identificar a capacidade de grupos de interesse de transformar seus recursos (legitimidade, informação, mobilização de bases, comunicação e outros) para a influência efetiva em políticas públicas. O método adequado para isso vem da economia e se chama análise de envoltório. A proposta do método é medir o desempenho de “firmas”, nesse caso organizações de defesa de interesses, de transformar seus insumos em resultados para seus associados. Para isso devem ser utilizadas informações internas de cada um desses grupos e de seus “resultados”, que serão medidos a partir do acompanhamento das políticas públicas de seu interesse.

6.2. FONTES

As primeiras fontes consistirão em pautas de audiências públicas, agenda de autoridades públicas e lista de litigantes ou amicus curiae nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciários Federais. Essas informações são regularmente publicadas em sítios da internet com diferentes formatos e será necessário estruturá-las para permitir a realização das análises. A partir da identificação dessas organizações de topo, será utilizado um sistema que busca os links entre organizações a partir da referência em seus sítios na web ou das ligações existentes em redes sociais. Com isso será possível montar a matriz de interações de grupos de pressão, seus principais focos de influência e o temas em que atuam.

Na etapa de coleta de dados sobre as organizações de defesa de interesses, o papel dos informantes será central, na medida em que as informações são de natureza privada. Finalmente, para a análise de resultados será necessário estabelecer indicadores que permitam avaliar o avanço das políticas públicas desejadas pelos grupos de interesse ao longo do tempo.

7. CRONOGRAMA GERAL

Fase 1 – Mapeamento de Redes – julho de 2013

Fase 2 – Características dos grupos de pressão – outubro de 2013

Fase 3 – Pesquisa sobre percepção de influência com tomadores de decisão e grupos de interesse – dezembro de 2013

Fase 4 – Avaliação de Impacto – julho de 2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARSONS, Talcott. On the Concept of Influence. **The Public Opinion Quarterly**, no 1, vol. 27 (Spring, 1963), pp. 37-62. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2747290>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

LAUMANN, E. O., Knoke, D.. **The organizational state: Social choice in national policy domains**. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

HEINZ, J. P., LAUMANN, E. O., SALISBURY, R. H., & NELSON, R. L. Inner circles or hollow cores? Elite networks in national policy systems. **Journal of Politics**, 52, 356-390, 1990.

BAUMGARTNER, F. R; **Lobbying and Policy Change: Who win, who loses, and why**. Chicago: Chicago University Press, 2009.

MAHONEY, C. **Brussels versus the Beltway: Advocacy in the United States and the European Union**. Washington D.C: Georgetown University Press, 2008.

CHARI, R. et alii. **Regulating Lobbying: A Global Comparison**. Manchester: Manchester University Press, 2010.

PRODUÇÃO NO BRASIL

GRAZIANO, Luigi. O Lobby e o Interesse Público. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300009>.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil**. 2007. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DALLARI, Sueli Gandolfi et al . Advocacia em saúde no Brasil contemporâneo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 6, Dec. 1996 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101996000600014&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101996000600014>.

AZEVEDO, André Luiz Pires. **Tecnologias de informação e comunicação: TIC e o poder legislativo: um estudo de caso da atuação das entidades sindicais empresariais do comércio**. 2009. 125 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CONSENTINO, Leandro. **Interesses organizados na cena internacional: o lobby do etanol**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-21052012-135806/>>. Acesso em: 2012-09-02.

CARVALHO, F.. O Papel dos Grupos de Interesse e Pressão na Formatação e Fortalecimento da Democracia Brasileira: O Caso do Departamento Intersindical Assessoria Parlamentar (Diap) Durante o Processo da Constituinte (1987/1988) BRASILEIRA..**Revista Aurora**, América do Norte, 3, aug. 2011. Disponível em: <http://200.145.171.5/revistas/index.php/aurora/article/view/1217/1084>. Acesso em: 02 Sep. 2012.

GRAZIANO, Luigi. Pluralismo em perspectiva comparativa: notas sobre as tradições europeia e americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no. 26. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_01.htm. Acesso em: 02 Sep. 2012.

BENINE, Renato Jaqueta. Terceiro setor e suas estratégias de influência em políticas públicas. **Revista USCS – Direito**, no. 18, jan./jun. 2010, 139-161. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/938/865. Acesso em: 02 Sep. 2012.

MANCUSO, Wagner Pralon. Lobby e responsabilidade política e corporativa. **Revista Organicom**, an o 8, número 14, 1º semestre de 2011, 190-203. Entrevista Concedida a Paulo Nassar. Disponível em: <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/398/390>. Acesso em: 02 Sep. 2012.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos “reservatórios de idéias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros | Inside "think tanks": a research agenda for Brazilian think tanks. **Liinc em Revista**, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 20-33 - <http://www.ibict.br/liinc> . Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/460>. Acesso em: 02 Sep. 2012.

PLATIAU, Ana Flávia Barros; VARELLA, Marcelo Dias. O Regime Internacional de Biossegurança e suas implicações para os cidadãos brasileiros. **Cena Internacional**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 36-58, jun. 2004. Disponível em: <http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2004_1.pdf>. Acesso em: 06 maio 2011.

RICARDO, Eduardo Carlos. Relações governamentais ,lobby e advocacy no contexto de public affairs. **Organicom**, no. 14, ano 8, 1º semestre de 2011, 129-144. Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/397/385> . Acesso em: 02 Sep. 2012.

FEENEY, Patricia. A luta por responsabilidade das empresas no âmbito das nações unidas e o futuro da agenda de advocacy. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 6, n. 11, Dec. 2009 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Sept. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000200009>.

PORTO, Laura Mariana de Freitas. **Lobby: conceituação e análise das propostas legislativas de regulamentação da atividade no Brasil à luz da lei do lobby estadunidense**. Monografia de Graduação. Centro Universitário de Brasília-UNICEUB, 2012. Disponível em:
<http://www.repositorio.uniceub.br/handle/123456789/1306>. Acesso em: 02 Sep. 2012.

RODRIGUES, Maria Guadalupe Moog. Redes transnacionais de advocacia pública: estratégias e impactos - O projeto Planaflo e o painel de inspeção do banco mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, June 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Sept. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292002000100003>.

BRELÀZ, Gabriela de. Advocacy das organizações da sociedade civil : um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007. Orientador: Alves, Mário Aquino
URI: <http://hdl.handle.net/10438/2444>
Data: 2007-04-16

DELDUQUE, Maria Célia; BARDAL, Priscila Ariede Petinuci. Health advocacy: citizenship ensuring the right to health case study of Law Project n. 01/2003. **Rev. Direito Sanit.**, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2008 . Disponível em
<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-41792008000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 02 set. 2012.

SOUZA, Rose Mara Vidal de. Lobby no Brasil regulamentado e a democracia participativa. In: XIII Congresso Brasileiro de Marketing Político, 2009, Taubaté, São Paulo. **Anais**. Disponível em:
http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/1a/Gt6_temas_livres.pdf#page=128. Acessos em 02 set. 2012.

GOZETTO, A.. MOVIMENTOS SOCIAIS E GRUPOS DE PRESSÃO: DUAS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA. **Revista Brasileira de Marketing**, 7, fev. 2009. Disponível em: <http://revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/1253/1123>. Acesso em: 02 Set. 2012.

PARSONS, Talcott. On the Concept of Influence. **The Public Opinion Quarterly**, no 1, vol. 27 (Spring, 1963), pp. 37-62. Disponível em
<http://www.jstor.org/stable/2747290>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

PRODUÇÃO NO EXTERIOR

APÊNDICES

1. LISTA PRELIMINAR DE ORGANIZAÇÕES PARA ENTREVISTA

TIPO	PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSES
Religiosos	CNBB Conferências dos bispos evangélicos
Empresariais	Bancos Comércio Agricultura Empresas indústria Associações empresariais Câmaras de Comércio
Trabalhadores	CUT Força Sindical CGT Nova Central
Grupos corporativos	Médicos Auditores fiscais Juizes Policiais Artistas
Governamentais	Tribunais Assessorias parlamentares Representantes de governos estaduais PNUD UNESCO CNM
Empresas de Defesa de Interesses	Empresas de comunicação (como prestadoras de serviços para grupos de pressão) Patri Santa Fé
Ambientalistas	WWF
Gênero	Cefemea
Movimentos Sociais	MST
ONGs	Oxfam Ágere Advocacy

QUADRO: Lista Preliminar de Grupos de Defesa de Interesses para Entrevista
FONTE: O autor

2. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

Disponibilidade de Tempo para a Pesquisa:

- Durante Período de Trabalho: 16h por semana
- Durante as Férias: 28 h por semana

NÚMERO	ATIVIDADE
1	Produto 1: Redes de Defesa de Interesses
1.1	Revisão Bibliográfica
1.1.1	Coleta de material bibliográfico
1.1.2	Organização de material bibliográfico
1.1.3	Redação da revisão bibliográfica e Protocolo de Execução
1.2	Preparação de Instrumentos de Pesquisa
1.2.1	Montagem dos formulários e variáveis
1.2.2	Realizações de testes de formulários e Variáveis
1.3	Coleta de Informações
1.3.1	Formação de equipe para coleta de informações
1.3.2	Treinamento da equipe
1.3.3	Início das atividades
1.3.4	Coleta de informações
1.3.5	Testes de consistência da coleta de dados
1.3.6	Consolidação em tabelas de relacionamento
1.4	Mapeamento de Redes via webcrawler
1.4.1	Identificação de potenciais fornecedores
1.4.2	Contratação de desenvolvimento de sistema

NÚMERO	ATIVIDADE
1.4.3	Desenvolvimento de sistema
1.4.4	Execução do aplicativo
1.4.5	Mapeamento das redes de organizações via rede sociais
1.4.6	Consolidação das matrizes de relacionamento
1.5	Análise de Rede e Procedimentos Estatísticos
1.6	Redação de Artigo
1.6.1	Redação da 1ª Versão
1.6.2	Redação da 2ª Versão
1.6.3	Revisão Externa
1.6.4	Redação Final
1.6.5	Tradução para inglês
1.6.6	Revisão Final
2	Produto 2: Grupos de Pressão
2.1	Revisão da Bibliografia sobre organizações, estratégias, táticas e temas
2.1.1	Coleta complementar de bibliografia
2.1.2	Organização da bibliografia
2.1.3	Redação da revisão bibliográfica

NÚMERO	ATIVIDADE
2.2	Definição da Amostra
2.3	Entrevista
2.3.1	Elaboração do Roteiro de Entrevista
2.3.2	Teste do Roteiro de Entrevista
2.3.3	Início das Entrevistas
2.3.4	Treinamento de Entrevistadores (opcional)
2.3.5	1ª Rodada de Entrevistas
2.3.6	2ª Rodada de Entrevistas
2.3.7	3ª Rodada de Entrevistas
2.3.8	Controle de Qualidade
2.3.9	Tabulação de Dados
2.4	Análise de Dados
2.5	Redação
2.5.1	Redação da 1ª Versão
2.5.2	Redação da 2ª Versão
2.5.3	Revisão Externa
2.5.4	Redação Final
2.5.5	Tradução para inglês
2.5.6	Revisão Final
3	Produto 3: Survey
3.1	Revisão Bibliográfica
3.1.1	Coleta complementar de bibliografia
3.1.2	Organização da bibliografia
3.1.3	Redação da Revisão Bibliográfica
3.2	Definição de Amostra
3.3	Pesquisa – Survey
3.3.1	Elaboração de Formulário
3.3.2	Teste de Formulário
3.3.3	Treinamento de Pesquisadores
3.3.4	Início da Pesquisa

NÚMERO	ATIVIDADE
3.3.5	Execução da Pesquisa
3.3.6	Tabulação de Resultados
3.3.7	Análise dos Resultados
3.4	Redação do Texto
3.4.1	Redação da 1ª Versão
3.4.2	Redação da 2ª Versão
3.4.3	Revisão Externa
3.4.4	Redação Final
3.4.5	Tradução para inglês
3.4.6	Revisão Final
4	Produto 4: Assimetria de Influência
4.1	Revisão Bibliográfica
4.1.1	Coleta complementar de bibliografia
4.1.2	Organização da bibliografia
4.1.3	Redação da Revisão Bibliográfica
4.2	Etapa 1 de acompanhamento
4.2.1	Survey de acompanhamento
4.2.2	Acompanhamento com entrevistas semi estruturadas
4.2.3	Acompanhamento de resultados
4.3	Etapa 2 de acompanhamento
4.3.1	Survey de acompanhamento
4.3.2	Acompanhamento com entrevistas semi estruturadas
4.3.3	Acompanhamento de resultados
4.4	Redação do Texto
4.4.1	Redação da 1ª Versão
4.4.2	Redação da 2ª Versão
4.4.3	Revisão Externa
4.4.4	Redação Final
4.4.5	Tradução para inglês
4.4.6	Revisão Final

